

BRIGA DE FAMÍLIA

Ameaça de morte no PSB

Irmão de Eduardo Campos pede proteção ao Ministério da Justiça

O advogado Antônio Campos, irmão do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos e filho da ministra do Tribunal de Contas da União (TCU) Ana Arraes, pediu proteção de vida ontem ao ministro da Justiça, Sergio Moro.

Sem apresentar detalhes publicamente, ele relata que vem sofrendo ameaças de morte por denunciar irregularidades Partido Socialista Brasileiro (PSB) em Pernambuco.

O PSB era o partido de Eduardo Campos, morto num acidente aéreo quando era candidato pelo partido à Presidência da República em 2014. Tonca, como é conhecido no estado, preside a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), ligada ao Ministério da Educação.

No documento, também encaminhado à superintendência da Polícia Federal em Pernambuco e à Procuradoria da República no estado, Antônio Campos diz que na última sexta-feira (8) prestou depoimento como testemunha ao MPF (Ministério Público Federal).

Ele declara que apresentou documentos sobre as ameaças. Procu-

rado pela reportagem, o advogado Weryd Simões disse que não poderia entrar em detalhes porque o caso estaria em sigilo. As ameaças teriam se intensificado, conforme Antônio Campos, após ter concedido entrevista à revista *Época*. O veículo publicou reportagem sobre desentendimentos na família Campos.

Rompimento com viúva

Após a morte de Eduardo Campos, em agosto de 2014, Tonca rompeu com a viúva do ex-governador, Renata Campos.

"Considerando a relevância de minhas declarações para esclarecimentos de fatos em investigação e que venho sofrendo ameaças diretas e veladas, venho comunicar tal fato que me encontro sob risco de vida, necessitando da proteção estatal, tanto para proteger minha integridade física, como para garantir o que preciso ainda testemunhar", diz no documento.

Antonio Campos também desentendeu-se com o deputado federal João Campos (PSB-PE), sobrinho de Eduardo Campos.



CHICO PEIXOTO/LEIAJÁ/IMAGENS/AE

Depois de brigas com a família, Antonio Campos sente-se ameaçado

Desavenças também com o sobrinho

Em dezembro, após receber críticas do deputado federal João Campos (PSB), sobrinho de Tonca, durante audiência na Câmara, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, lembrou que o tio do parlamentar trabalhava com ele no MEC.

No mesmo momento, João disse que não tinha relação com Antônio Campos e destacou que ele era um "sujeito pior" do que o ministro. A declaração foi reprovada publicamente pela avó do deputado, a ministra do TCU Ana Arraes.

Em nota após o episódio, Antônio Campos disse que João havia "sido nutrido na mamadeira da Odebrecht", empreiteira investigada na Lava Jato.

Questionado sobre o depoimento de Antônio Campos, a Procuradoria da República em Pernambuco comunicou que não falaria sobre o assunto. A Polícia Federal informou que ainda não havia decisão sobre o pedido. O PSB não se posicionou sobre o caso.

MILÍCIAS

Dúvidas sobre a ação da PM na morte do Capitão Adriano

Uma fazenda que abriga um parque de vaquejada na Bahia com dezenas de bois e vacas cercados por coqueiros e, a 8 quilômetros de lá, um sítio rodeado por casas e pequenos estabelecimentos comerciais foram os dois últimos esconderijos do miliciano Adriano Magalhães da Nóbrega, 43, conhecido como Capitão Adriano, antes de ser morto no domingo (10) durante operação policial.

O cenário em Esplanada (a 170 km de Salvador) que serviu de abrigo ao ex-capitão do Bope do Rio foi descoberto pela ação conjunta das polícias baiana e fluminense, mas expõe uma série de dúvidas sobre a rede que deu suporte a Adriano e sobre a própria versão oficial da morte dele, que estava foragido havia um ano.

Os esconderijos e a rota de fuga indicam que Adriano recebeu ajuda, mas os donos dos imóveis, um pecuarista e um vereador do PSL, negam vínculo com ele e conhecimento de que se tratava de um miliciano do Rio foragido da polícia.

Segundo a versão oficial, Adriano tinha em sua mão uma pistola

A proteção da cena onde Adriano morreu é precária. No sítio, há espaços abertos na cerca de arame farpado. Além disso, a porta da casa estava aberta, sem isolamento.

austriaca 9 mm e foi baleado após reagir a tiros contra a polícia. O miliciano estava sozinho em um terreno cercado. Foi identificada apenas uma marca de bala dentro da casa, em uma janela de madeira seguindo a trajetória de dentro para fora.

A proteção da cena onde Adriano morreu segue precária – situação prejudicial para investigações policiais. O portão principal do sítio em Esplanada estava fechado com uma corrente na segunda (11), mas havia espaços abertos na cerca de arame farpado, e a porta da casa es-

tava aberta, sem isolamento.

Homenageado duas vezes na Assembleia Legislativa do Rio pelo senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, Adriano é citado na investigação que apura a prática de "rachadinha" (esquema de devolução de salários) no gabinete do então deputado estadual. O miliciano teve duas parentes nomeadas por Flávio.

O advogado de Adriano disse que ele relatou a preocupação nos últimos dias de que pudesse ser morto como "queima de arquivo".

O empresário e pecuarista Leandro Abreu Guimarães, dono da fazenda e parque de vaquejada Gilton Guimarães, também foi preso durante a operação das polícias da Bahia e do Rio sob acusação de porte ilegal de armas – ele tinha duas espingardas e um revólver não registrados.

Em depoimento, ele confirmou que Adriano utilizou sua propriedade como seu penúltimo esconderijo. O ex-capitão, segundo ele, chegou à região de Esplanada no final de 2019.

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2020-HFA

Aviso de Abertura de Licitação

Registro de Preços com a finalidade de adquirir, de forma parcelada, material de Órtese, Prótese e Materiais Especiais – OPME, a saber, material médico cirúrgico de Trauma Geral, para a Seção de Traumatologia-Ortopedia, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, consoante especificações do Termo de Referência, Anexo "I" do Edital.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da sessão pública: 27 de fevereiro de 2020, às 09h.

Endereço: Sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 10 de fevereiro de 2020

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel Inf

Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas

CAIXA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, a CAIXA, por meio da GIHAB/BR - Gerência Executiva de Habitação de Brasília, notifica e pede providências aos responsáveis Legais, Técnico e membros da Comissão de Acompanhamento da Obra e da Comissão de Representantes do Empreendimento, a saber: Associação Alfa de Integração Social - AISA (CNPJ: 06.093.500/0001-00); membros da CAO: Saulo dos Santos (CPF 096.990.581-53), Triciane Xavier da Silva (CPF 035.471.551-85); membros da CRE: Luiza Carmem Mendonça Lorenti (CPF 035.045.121-04) e Sandra de Oliveira Almeida (CPF 529.668.361-72); e Francisco Camelo de Carvalho (CPF 605.552.381-72), membro da CAO e CRE, referente ao Empreendimento Residencial Alfa II (APF: 0414.303-18), localizado em Luziânia/GO, com fundamento na Instrução Normativa MCIDADES nº 12, de 07/06/2018 e Portaria MCIDADES nº 660, de 16/11/2018, em virtude das seguintes pendências identificadas – Demandas Judiciais: Finalização do processo de embargos de terceiros, referente às penhoras e bloqueios dos lotes, Regularização, junto a Justiça do Trabalho, das ações relacionadas à EO – para que se manifeste no prazo de 10 dias úteis, contados desta publicação, para que apresente proposta de solução, com data para solução ou justificativas da não realização, bem como outras consideradas pertinentes, com envio para o endereço eletrônico gihabbr13@caixa.gov.br, à GIHAB (SAUS QD 05, Bloco C, Lote A, Ed. Matriz II da Caixa Econômica Federal, 9º andar, Ala Norte, Brasília - DF) ou à agência de contratação (PC Evangelino Meireles, 85, Centro, Luziânia/GO). A ausência de manifestação no prazo, acima referido, poderá acarretar a aplicação das sanções previstas na legislação do Programa MCMV/Entidades - Recursos do FDS, no Contrato de Financiamento e nos processos legais cabíveis.